



ACÓRDÃO Nº 965/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11318/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundação Estadual do Índio - FEI
- 4- **Exercício:** 2016
- 5- **Responsável:** Bonifácio José (Ordenador de Despesa) e Raimundo Nonato Ferreira Sobrinho (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAL.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5141/2019-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. FUNDAÇÃO ESTADUAL DO ÍNDIO - FEI. Exercício de 2016.

Regularidade. Revelia. Regularidade com ressalvas. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular** a Prestação de Contas da **Fundação Estadual do Índio – FEI**, no período de 01/01/2016 à 01/05/2016, de responsabilidade do **Sr. Bonifácio José**, Diretor-Presidente do FEI à época, com fulcro na forma do inciso II do art. 1º; inciso I do art. 22; art. 23 e inciso I do art. 72, todos da Lei estadual nº 2.423/96, conforme descrito na Proposta de Voto;
- 10.2. **Considerar revel** o **Sr. Bonifácio José**, nos termos do §4º, do art. 20 da Lei nº. 2.423/96;
- 10.3. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da **Fundação Estadual do Índio – FEI**, no período de 02/05/2016 a 31/12/2016, de responsabilidade do **Sr. Raimundo Nonato Ferreira**



ACÓRDÃO Nº 965/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Sobrinho, Diretor-Presidente do FEI à época, na forma do inciso II, §1º do art. 188 do Regimento Interno deste Tribunal;

10.4. Determinar à Origem, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM, para que observe os Registros Analíticos encaminhados por meios magnéticos Via Sistema ACP, no prazo estabelecido no § 1.º, art. 15, da Lei Complementar n.º 06, de 22.01.91, com nova redação dada pela Lei Complementar n.º 24/2000, e Resolução 07/2000 – TCE.

Vencido o Voto-Destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, que votou pela aplicação de multa ao Sr. Raimundo Nonato Ferreira Sobrinho.

11- Ata: 33ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 2 de Outubro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral